



Número: **0854544-58.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.162,50**

Assuntos: **SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GERSON LOPES DE LIMA (AUTOR)		RUY NEVES AMARAL DA ROCHA (ADVOGADO) RENAN DE CARVALHO PAIVA (ADVOGADO) FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24338 429	11/09/2019 18:29	Petição Inicial	Petição Inicial
24338 430	11/09/2019 18:29	Petição GERSON LOPES DE LIMA	Outros Documentos
24338 431	11/09/2019 18:29	1.0 procuracao_20190911132451	Procuração
24338 432	11/09/2019 18:29	1.1 BO_20190911132626	Outros Documentos
24338 433	11/09/2019 18:29	1.2 requerimento de seguro dpvat_20190911132959	Outros Documentos
24338 434	11/09/2019 18:29	1.3 comprovante de residencia e pagamento_20190911132827	Outros Documentos
24338 435	11/09/2019 18:29	1.4 doc pessoal_20190911133127	Outros Documentos
24338 436	11/09/2019 18:29	1.5 rx_20190911133724	Outros Documentos
24338 441	11/09/2019 18:29	1.6 resultado da radiografia e laudo med_20190911134133	Outros Documentos
24338 442	11/09/2019 18:29	1.7 laudo medico_20190911134346	Outros Documentos
24338 443	11/09/2019 18:29	1.8 material cirurgico_20190911134600	Outros Documentos
24338 445	11/09/2019 18:29	1.9 ficha cirurgica_20190911134720	Outros Documentos
24338 448	11/09/2019 18:29	GuiaCustas	Outros Documentos
25211 743	14/10/2019 15:57	Despacho	Despacho
25292 580	14/10/2019 18:12	Expediente	Expediente

Seguem em anexo Petição inicial e documentos:



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PB**

Gerson Lopes de Lima, brasileiro, solteiro, radialista, inscrito no CPF/MF sob número 486.799.504-59 e Registro Geral sob o N.º 1.128.582 SSP/PB, residente e domiciliado na Avenida Bahia, N.º 668, Bairro dos Estados, em João Pessoa-PB, CEP: 58030-130, representado por seus advogados signatários, com escritório profissional na Rua Coronel Otto Feio da Silveira, n.º 509, Pedro Gondim, João Pessoa-PB, CEP 58031-030, fone (83) 3576-8728 e endereço eletrônico: ruyrochaadvocacia@gmail.com e renanpaivaadvocacia@gmail.com, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA em face de:

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, não possui trabalho formal, vive da renda que aufera através da realização de trabalhos eventuais como autônomo, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos para apreciação de Vossa Excelência, declaração feita pelo autor, afirmando-se, desde já, a veracidade do que fora subscrito.

II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 09/11/2018, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO), sofreu acidente de trânsito, onde conduzia a Moto (Marca YAMAHA, modelo XTZ 125, de cor azul, ano 2010, placa MOT-7454/PB), na Rua Jose Peregrino Montenegro, Bairro dos Ipês, Via Pública, João Pessoa-PB, quando no cruzamento com a rua Odon de Carvalho, o ônibus Mercedes Benz de Placa NVF-7909/CE, Pertencente a viação metropolitana, invadiu a faixa de rolamento por onde guiava este notificante vindo a bater no mesmo, que a parte autora por conta de ter sido impressado pelo ônibus perdeu o controle da motocicleta e caiu no chão, e

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



veio a cair e se acidentar.

Posteriormente ao fato, foi socorrido para o Complexo Hospital de Samaritano nesta capital, da cidade de João Pessoa-PB, onde foi diagnosticado com **Fratura dos Ossos de Tíbia Esquerda e Fíbula Direita (CID 10 S 82.2 e CID 10 S 82)**, conforme Laudo Médico apresentado.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico **de Tíbia e Fíbula**, conforme se demonstra documentalmente.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou a parte autora uma acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar a perna, caminhar, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu séria fratura nos membros inferiores direito e esquerdo contusão na região frontal, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais de maneira completa. Encontra-se parcialmente debilitado, sente dores, não movimenta a perna com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com os membros afetados.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o autor até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **COMPREV PREVIDÊNCIA S/A**, atuando essa em nome daquela, intermediando os pedidos feitos em todo o país.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (**DPVAT/INVALIDEZ**), a parte autora teve seu pedido autuado com o número de sinistro **3190280434**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada**.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



administrativamente, o autor recebeu o valor de **R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.**

A parte autora permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no atropelamento, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o atropelamento, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que na tabela do seguro **DPVAT**, a porcentagem correspondente à **perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, corresponde a 70% do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

Ademais, tendo em vista os danos sofridos pelo autor e os gastos com medicamentos e tratamentos de saúde diversos, vale quantificar a indenização devida ao autor na sua totalidade de **R\$ 13.500,00**

Sendo assim, documentalmente comprovada a perda anatômica do membro afetado, e os gastos referentes aos tratamentos pós-cirúrgicos, é devido ao autor ainda 97,50% do valor referente a lesão do teto máximo, ou seja, 97,50% de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, o que totaliza aproximadamente a importância de **R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** do valor que ficou faltando em referência aos 2,5% do que foi pago administrativamente, da importância de **R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

“O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT. O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.”

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com

Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Cite-se o art. 3º do referido diploma legal *in verbis*:

Art. 3º *Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à parte autora:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA. SUBLEVAÇÃO DA SEGURADORA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. CONFIGURAÇÃO. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. PROVA SATISFATÓRIA. INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 6.194/74 E A SÚMULA Nº 474, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. COMPROVAÇÃO. DEDUÇÃO DO VALOR FIXADO À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS CONFORME ART. 85, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTOS DO RECURSO. O art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, incluído pela Lei nº 11.945/09, impôs a necessidade de verificação da graduação da lesão decorrente do sinistro para fins de quantificação da indenização devida a título de seguro DPVAT – A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça – Restando demonstrado que o pagamento administrativo realizado pela seguradora não está em conformidade com o grau de invalidez comprovado nos autos, imperioso se torna a complementação da quantia paga, devidamente estabelecida na sentença de origem. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00206466320148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 26/03/2018).

83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



(TJ-PB – APL: 00206466320148152001 0020646-63.2014.815.2001, Relator: DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, Data de Julgamento: 26/03/2018, 4ª Vara Cível).”

Vejamos, também:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FRATURA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E DEBILIDADE PERMANENTE. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. DESCONTO DO IMPORTE PAGO NA VIA ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO NO SALDO RESTANTE. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO, APENAS PARA ADEQUAR JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APELAÇÃO DESPROVIDA. – Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, deve ser aplicada a lei em vigor à época do sinistro, no caso a Lei nº 11.945/09, restando inequívoco, pois à luz de tal disciplina, que a perda parcial da função deambulatoria e outros movimentos da perna configuram invalidez permanente parcial incompleta, autorizando a aplicação proporcional da indenização, de acordo com o grau da lesão, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74. – ‘Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso’ 1. Por sua vez, ‘Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação’. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 0000205692014815051, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 17-03-2016).

(TJ-PB – APL: 00002056920148150511 0000205-69.2014.815.0511, Relator: DES JOAO ALVES DA SILVA, Data de Julgamento: 17/03/2016, 4ª CÍVEL)”

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o autor com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	70
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica.** Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



4.2. Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

- 4.4.1. Que se declare devida à parte autora o pagamento da **complementação de indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), menos o valor pago administrativamente, qual seja, R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando assim, ao final, a importância de R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
- 4.4.2. Condenar a ré ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de **R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**
- 4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

4.5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.162,50 (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Termos em que, pede deferimento.

João Pessoa-PB, 11 de setembro de 2019.

RUY NEVES AMARAL DA ROCHA
OAB/PB 23.263

RENAN DE CARVALHO PAIVA
OAB/PB 21.393

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO
OAB/PB 22.725



83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

Gerson Sapes de Lima brasileiro solteiro radialista
CPF nº 486.799.504-59 residente e domiciliado na Avenida
Bahia N° 668 Bairro dos Estados, na cidade de João
Pessoa/PB, CEP: 58030-130

OUTORGADOS: RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, casado, advogado,
devidamente inscrito na OAB/PB nº 21.393, RUY NEVES AMARAL DA ROCHA,
OAB/PB, nº 23.263; FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO, OAB/PB nº 22725 com
endereço profissional sito na Av. Cel. Otto Feio da Silveira n 509, sala 202, Pedro
Gondim, João Pessoa/PB.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes
procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula "**ad iudicia
et extra**", para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais
ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos,
ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber
laudo e prontuário médico hospitalar no Hospital de Trauma Sen. Humberto Lucena e no
Complexo Hospitalar de Mangabeira Tarcísio Burity, providenciar e ter acesso a
documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e
contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando
tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel
desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente,
independentemente de ordem de nomeação.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima
descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a
procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda
a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação,
receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça
gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os
termos do art. 105 da Lei 13.105/2015.

João Pessoa - PB, 05 de fevereiro de 2019.


OUTORGANTE

☎ 3576-8728 / 98855-1045 / 987088728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 09964.01.2018.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 09964.01.2018.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 08:29 horas do dia 19 de dezembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouveia Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Gerson Lopes de Lima**, CPF nº 486.799.504-59, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Radialista, filho(a) de Ivete Lopes de Almeida Lima e Jose dos Santos Lima, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 12/04/1967 (51 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Bahia, Nº 668, bairro Bairro dos Estados, tendo como ponto de referência Estados, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98680-0352.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Jose Peregrino Montenegro, Ipês, João Pessoa/PB, bairro Bairro dos Ipês; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 09/11/18 17:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NA TARDE DO DIA 09/11/2018, POR VOLTA DAS 17:30, ESTE NOTIFICANTE ESTAVA GUIANDO A MOTOCICLETA YAMAHA XTZ 125 DE COR AZUL, ANO 2010, PLACA MOT-7454/PB E CHASSI 9C6KE1250A0014612, NA RUA JOSE PEREGRINO MONTENEGRO, IPÊS, NESTA CAPITAL, QUANDO NO CRUZAMENTO COM A RUA ODOM DE CARVALHO, O ÔNIBUS MERCEDES BENZ DE PLACA NVF-7909/CE, PERTENCENTE A VIAÇÃO METROPOLITANA INVADIU A FAIXA DE ROLAMENTO POR ONDE GUIAVA ESTE NOTIFICANTE VINDO A BATER NO MESMO; QUE ESTE NOTIFICANTE POR CONTA DE TER SIDO IMPRENSADO PELO ÔNIBUS PERDEU O CONTROLE DA MOTOCICLETA E CAIU NO CHÃO; QUE ESTE NOTIFICANTE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS PARA O HOSPITAL SAMARITANO NESTA CAPITAL, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM FRATURA DE TÍBIA E FÍBULA DIREITA, PASSANDO POR PROCEDIMENTO CIRÚRGICO NAQUELE HOSPITAL, CONFORME LAUDO MÉDICO ASSINADO PELO DR. FÍDIAS G. F. BORBOREMA CRM/PB 5395; QUE VEIO A ESTA DELEGACIA AFIM DE QUE O FATO FIQUE REGISTRADO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I /CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

Nº BOAT 0818 - 2018	Responsável pelo Levantamento do Acidente: ALEX GOMES MENDES	Posto/Graduação: CB /PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Rua José P. Montenegro/Rua Odon de Carvalho	Hora 17:30	Bairro B. dos Ipês
Município: João Pessoa	UF PB	
Data da Ocorrência 09/11/2006	Dia da Semana Sexta-Feira	C/S Vítima (QT) Com 02
Tipo de Acidente Col. Lateral	Tipo de pavimento Asfalto	Condições da Pista Seca
Condições do Tempo Bom	Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 Veículos	Controle do tráfego Pista Simples de Mão Dupla

CONDUTOR 01

Nome João Inocêncio dos Santos	Sexo Masculino	Nascimento 19/10/1986	RG 2 954 068
Endereço Rua São Pedro, 60, Várzea Nova – Santa Rita/PB – Tel.(083)98644-0165			
1ª Habilitação 07/11/2006	Categoria AD	Registro CNH N.º 03967512976	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim (0,00 mg/l)	Destino do Condutor Permaneceu no local		

VEÍCULO 01

Marca/Modelo M.BENZ/M.Polo	Espécie Ônibus	Placa NVF 7907	Categoria Aluguel	Município Maracanau	U.F. CE
Nome do Proprietário Auto Viação Metropolitana					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 013571175793	Renavan Nº 00265149894	Data da Emissão 14/09/2017		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: trafegava na via A, sentido Av. Tancredo Neves/B. Dos Ipês, quando diminuiu a velocidade e Sinalizou para conversão via B, momento em que foi surpreendido por um impacto na lateral direita do seu veículo, causado pelo V2.

CONDUTOR 02

Nome Gerson Lopes de Lima	Sexo Masculino	Nascimento 12/04/1967	RG 1 128 582
Endereço Av. Bahia, 668, B. Dos Estados – Pessoa Pessoa/PB – Tel.(083) 99868-0352			
1ª Habilitação 07/08/1996	Categoria AB	Registro CNH N.º 00807923843	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Destino do Condutor Hospital Samaritano		

VEÍCULO 02

Marca/Modelo Yamaha/XTZ	Espécie Motocicleta	Placa MOT 7454	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Gerson Lopes de Lima					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 013813548685	Renavan Nº 00203847547	Data da Emissão 20/02/2018		
Condições do Veículo Antes do Acidente Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Ouvido no hospital no dia 14/11/2018 declarou que trafegava na via A, na faixa da direita sentido Tancredo Neves/Bairro dos Ipês quando o V1 sem sinalizar entrou na via B e o mesmo não teve como evitar o sinistro, chegando ao Sinistro.

BATALHÃO DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: **03/12/17**

SINATURA

Scanned with CamScanner



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: 7486739504-59 Nome completo da vítima: Gerson Lopes de Lima
REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012
Nome completo: Gerson Lopes de Lima CPF: 7486739504-59
Profissão: Recuso Endereço: Av. Bahia Número: 668 Complemento: 222
Bairro: Estados Cidade: João Pessoa Estado: PB CEP: 58030-130
E-mail: _____ Tel. (DDD): (83) 8708-8728

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:
☒ RECURSO INFORMAR ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: ITAU

AGÊNCIA: CONTA:
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: 8120 CONTA: 18423 5
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com a documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____

Grau de Parentesco com a vítima: _____ Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: _____ Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado
Local e Data: João Pessoa, 14/02/2019
Nome: _____
CPF: _____

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Gerson Lopes de Lima
Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1ª Nome: _____ CPF: _____

16 ABR. 2019

Assinatura

2ª Nome: _____ CPF: _____

Assinatura

Assinatura

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura.

RCHLO
RIACHUELO

MIDWAY
FINANCEIRA



CTC RECIFE PE PL6



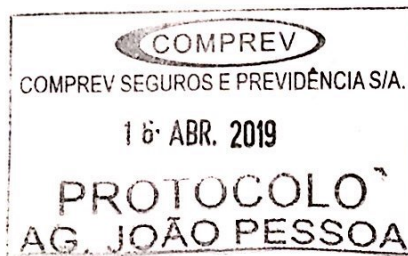
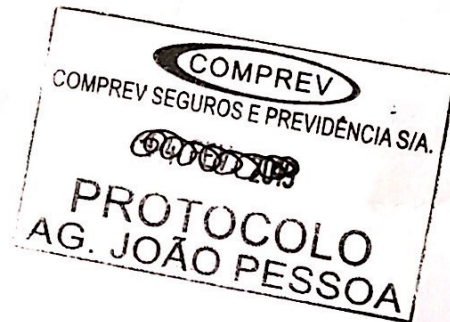
GERSON LOPES DE LIMA
AVEN BAHIA 668
ESTADOS JOAO PESSOA PB
58030-130



7211050330022370000003380930090518



Data da Postagem: 09/05/2018
Data do Vencimento: 20/05/2018
DIG/000064025



58030-130

Scanned with CamScanner



SINISTRO 3190280434 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GERSON LOPES DE LIMA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO GERSON LOPES DE LIMA

CPF/CNPJ: 48679950459

Posição em 06-05-2019 15:40:05

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
07/05/2019	R\$ 337,50	R\$ 0,00	R\$ 337,50

Scanned with CamScanner



PROTOCOLLO
AG. JOÃO PESSOA

16 ABR. 2019

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

COMPREV

PROJECOLO

AG. JOAO PESSOA

PROIBIDO PLASTIFICAR

1489033545

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1489033545

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO
ARTURNA NACIONAL DE HABITAÇÃO

INC-48
GERSON LOPES DE LIMA

CPF 486.799.504-59
DATA NASCIMENTO 12/04/1967
FUNÇÃO JOSE DOS SANTOS LIMA
IVETE LOPES DE ALMEIDA LIMA

DOC. IDENTIFIC. / CÓD. EMISSÃO 1128582
SSP PB

1º REGISTRO 99907042843
VALIDADEZ 22/06/2022
1ª EMISSÃO 07/08/1996

TERMINO **ACC** **CHAMA** **AID**

LOCAL JORAO PESSOA, PB
DATA EMISSÃO 26/06/2017

ASSINATURA DO PORTADOR
Gerson Lopes de Lima

ASSINATURA DO EMISSOR
chirley

PARAIBA

32268616600
28034816014

Scanned with CamScanner



16 ABR. 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

DENATRAM

CONTRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

Nº 013813548685

COMPREV
SEGUROS E PREV

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

013813548685

BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
 PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
 AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
 SAC DPVAT 0800 022 1204

LACRRE 004444NOU6194

DETAM - PB

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

PRT 2018000004004278

1 0020384754-7 00/00000000 2008

GERSON LOES DE LIMA

48679950459

MOT7454/PB

NOVO PB

9C6FE1250A0014612

PAS/MOTOCICLETA/NAO APPLIC

GASOLINA

YAMAHA/XTZ 125E

2010 2010

2 P/124 /CI

PARTIC

AZUL

IPVA PAGO EM 00/00/0000

1 P

V

A

0

***** SEGURO P A G O 31/01/2018

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

0

JOÃO PESSOA-PB

20/02/2010

15046



200419

PRÊMIO TARIFÁRIO

COTA ÚNICA

PARAQUETO

31/01/2018

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
 CNPJ 06.248.690/0001-04
 200914-1618382-89100220

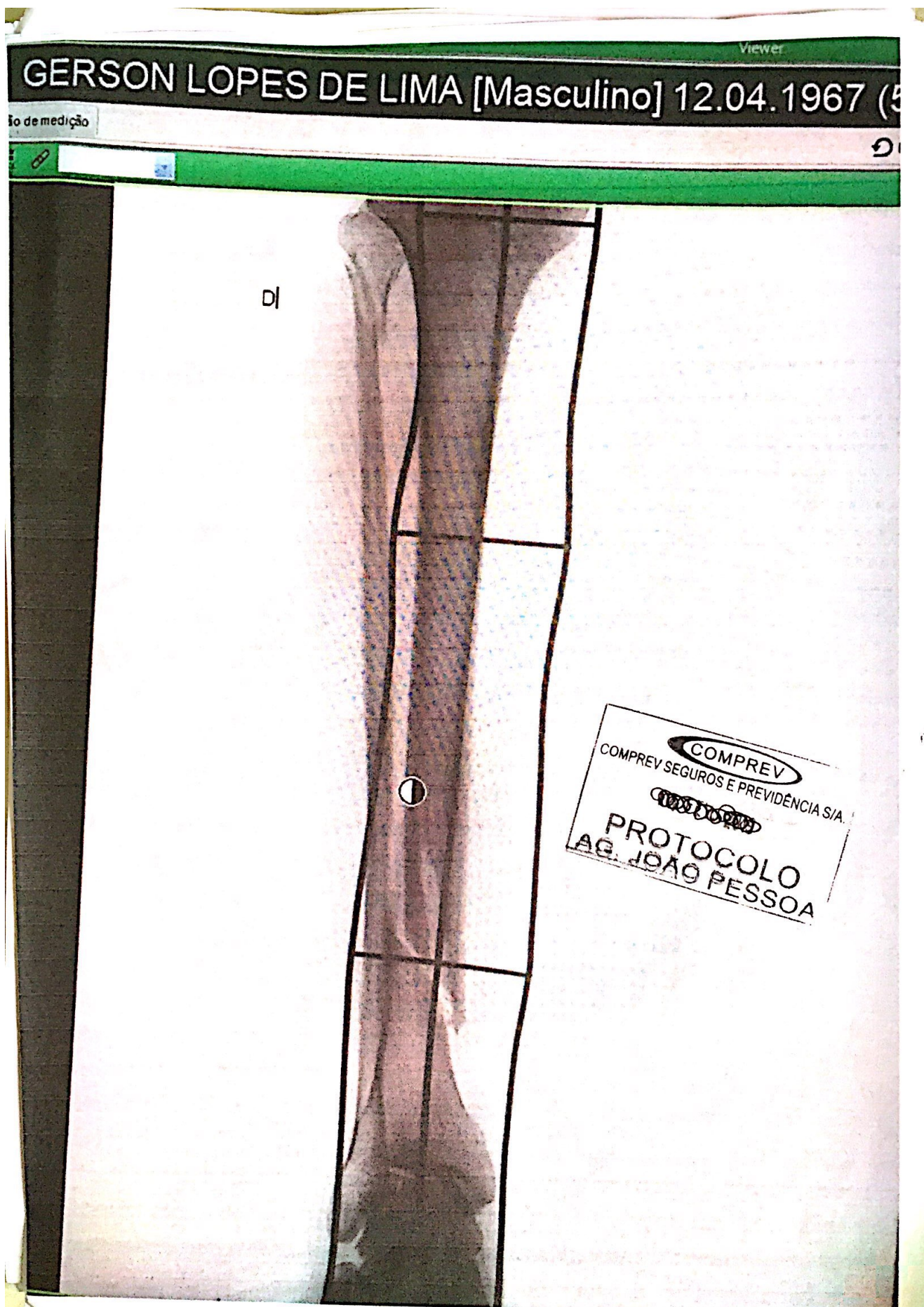
200914-1618382-89100220

16/04/2017



Scanned with CamScanner





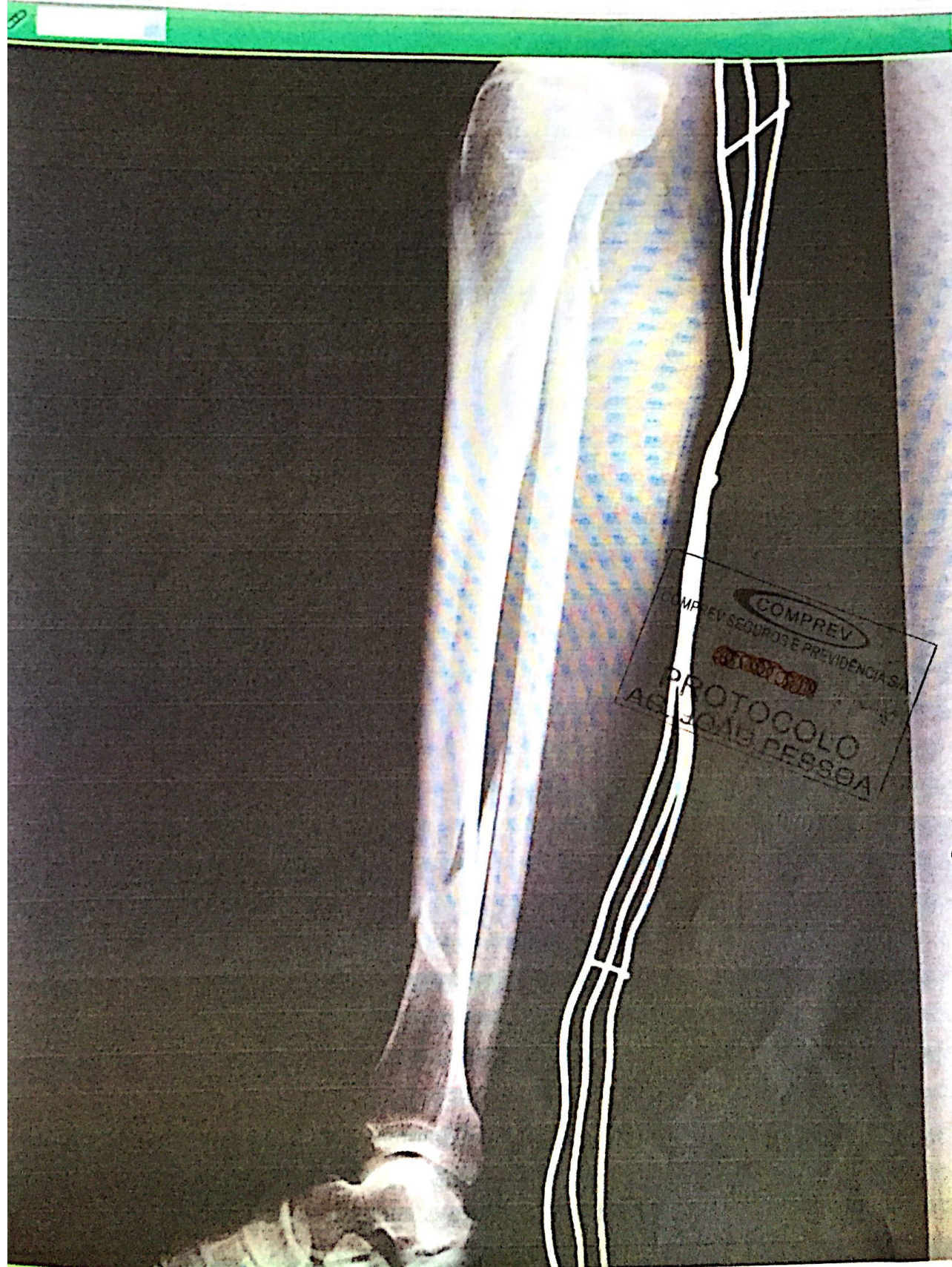
Scanned with CamScanner



GERSON LOPES DE LIMA [Masculino] 12.04.1967 (5

medição

R



Scanned with CamScanner





ID do Paciente: 20181167
Nome: GERSON LOPES DE LIMA
Data do exame: 09/11/2018 18:27

RADIOGRAFIA DA PERNA DIREITA

Textura óssea preservada.
Fratura na diáfise fibular proximal.
Fratura na diáfise tibial distal.

Dr. Luis Felipe de A. Paiva
CRM PB - 6558





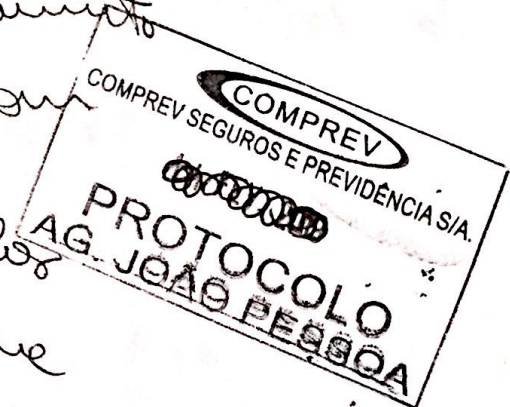
Hospital Samaritano

AO DPVAT

Operador Lopo de Jesus
foi submetido a tratamento
cirúrgico com fixação de
fratura de tálus distal.

Foi submetido a tratamento
cirúrgico com fixação com
parafusos e placas.

Exame sem sequelas
Tempo médio para



Ressonância Magnética – Tomografia – Hemodinâmica – Ultrassonografia

Endoscopia – Laboratório de Análises Clínicas – Radiologia – Videolaparoscopia

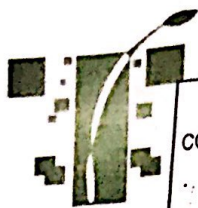
Av. Santa Júlia, 35 – Torre – João Pessoa – Pb

Fone: (83) 3048-2100

Scanned with CamScanner



- ☐ Dr. Antônio Almeida de Lacerda
- ☐ Dr. Arão Santos de Alencar
- ☐ Dr. Felipe Tavares Sena
- ☐ Dr. Francisco Kartney S. Pedrosa
- ☐ Dr. Milton da Silva Linhares
- ☐ Dr. Remo Soares de Castro
- ☐ Dr. Rodrigo Castro do Amaral
- ☐ Dr. Romulo Soares de Castro
- ☐ Dr.ª Rossana Cavalcante Almeida
- ☐ Dr. Tílio Augusto de M. Tormes
- ☐ Dr. Tibiriçá de Medeiros Barbosa
- ☐ Dr. Vlademir Antônio Cousseau



ORTOTRAUMA

COMPREV ESPECIALIZADA
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

22 MAIO 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

DPUAT

Dr. Fídias G. E. Borborema
CRM-PB 5395
CRM-PB 14654
SUS 9376

Upson Lopes de Jesus
foi submetido a Tratamento
cirúrgico com fixação de Fra-
turas no 1/3 distal dos ossos de
mão direita, com colocação de
o1 placa e 02 parafusos.

A fratura encontrada a con-
solidade, entretanto há lini-
beas de ADM do TMC,

- Ortopedia
- Cirurgia da Mão
- Cirurgia do Joelho
- Cirurgia do Quadril
- Cirurgia do Cotovelo
- Cirurgia do Ombro
- Cirurgia do Pé e Tornozelo

Av. Epitácio Pessoa, 2491
Pedro Gondim - João Pessoa / PB
Fones: (83) 3508.5001 / 3508.5002
3244.1452

Raio X •
Artroscopia •
Clínica de Fraturas •



- ☐ Dr. Antônio Almeida de Lacerda
- ☐ Dr. João Santos de Alencar
- ☐ Dr. Felipe Teófilo de Souza
- ☐ Dr. Francisco Raimundo S. Pedrosa
- ☐ Dr. Wilson da Silva L. L. L.
- ☐ Dr. Renato Soares de Castro
- ☐ Dr. Roberto Castro de Amorim
- ☐ Dr. Ramon Soares de Castro
- ☐ Dr. Rosanna Cavalcanti Almeida
- ☐ Dr. Tullio Augusto de M. Torres
- ☐ Dr. Ilvira de Medeiros Barbosa
- ☐ Dr. Ildemir Antônio Consueiro

ORTOTRAUMA
- ORTOPLASTIA ESPECIALIZADA -

Dr. FIDIAS GIL BORBOREMA
CRM: PB 5395
TEOD: 9876
CRM: PE 1450

Após DVAT
após 10 dias de início
há redução da dor
com o uso de Paracetamol
da dose de 1g.
A paciente está satisfeita
com o tratamento e
ADN de 40%, sendo de
10% de dor.
Atte do consultório

- Ortopedia
 - Cirurgia da Mão
 - Cirurgia do Joelho
 - Cirurgia do Quadril
 - Cirurgia do Cotovelo
 - Cirurgia do Ombro
 - Cirurgia do Pé e Tornozelo
- Av. Epitácio Pessoa, 2491
Pedro Gondim - João Pessoa / PB
Fones: (83) 3508.5001 / 3508.5002
3244.1452
- Rato X
Artroscopia
Clínica de Fraturas

melhor e fraturas
liberado para se mover
após 24 horas de
c/ 10: 580.3.
Jd. 09/04/19

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
16 ABR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Dr. FIDIAS GIL BORBOREMA
CRM: PB 5395
TEOD: 9876
CRM: PE 1450



MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Hospital: SAMARITANO

Código:

Procedimento: FIXAÇÃO DE TÍBIA

Cód. do Procedimento:

Paciente: GERSON LOPES DE LIMA

Data da Cirurgia: 12 / 11 / 18 Prontuário N°:

Convênio: SMILE

Cirurgião: D. F. Dias

Coódigo:

() Reposição

() Caixa Pronta

DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

[illegible]

ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

PARAFUSO		Nº								Valor Unt.	Valor Total
CORTICAL. 3.5mm		Qtd.									
		Cód.									
PARAFUSO		Nº									
CORTICAL. 4.5mm		Qtd.									
		Cód.									
PARAFUSO		Nº									
ESPONJOSO. 4.0mm		Qtd.									
		Cód.									
PARAFUSO		Nº									
ESPONJOSO. 6.5mm		Qtd.									
ESP. R/16 CURTA		Cód.									
PARAFUSO		Nº									
ESPONJOSO. 6.5mm		Qtd.									
ESP. R/32 LONGA		Cód.									
PARAFUSO		Nº									
MALEOLAR 4.5mm		Qtd.									
		Cód.									

7

2

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A.

02/04/2013

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

Obs.: O preenchimento do prontuário é obrigatório.

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de pagamento:

Faturar N.F. para:

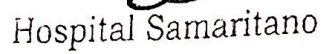
Cód. do consultor:

Total:

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE

Nº do pedido:





Nome: Yerson Lopes de Lima
Convênio: Smile Data: 12/11/15
Cirurgia realizada: Eclusa Tibial

- Cirurgião: Felipe Bordegnoni
- 1º Auxiliar: Intense Almeida
- 2º Auxiliar: Daniel
- Anestesista: Francisco
- Instrumentador: Adriano
- Circulante: Priscila


Quantidade	Material
01	Placa anatômica tubo costal
10	Braquetes de Bloqueio em Titânio

Preenchido por: Vivianne Cardoso de Almeida Data: 10/11/23
Enfermeira
COREN-PB 205669



IDENTIFICAÇÃO DE CAIXAS DE CIRURGIA

Paciente: Carson Lopes de Lima
Atendimento: Cirurgia
Convênio: Smile
Cirurgia: Fratura de Tibia
Cirurgião: Dr.º Fédias
Sala: CL Data: 22/11/2018
Circulante de sala (não rubricar): Jaqueline

06.02.19 03- Validade: <u>06.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>153</u> Operador: <u>1028</u>	09.02.19 01- Validade: <u>09.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1028</u> Operador: <u>1028</u>	30.01.19 03- Validade: <u>30.10.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1153</u> Operador: <u>1153</u>	06.02.19 04- Validade: <u>06.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>153</u> Operador: <u>1028</u>	16.11.18 01- Validade: <u>09.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1028</u> Operador: <u>1028</u>
12.02.19 01- Validade: <u>12.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1419</u> Operador: <u>1419</u>	03.02.19 02- Validade: <u>03.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1701</u> Operador: <u>1701</u>	03.02.19 02- Validade: <u>03.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1701</u> Operador: <u>1701</u>	09.02.19 04- Validade: <u>09.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1028</u> Operador: <u>1028</u>	03.02.19 01- Validade: <u>03.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1701</u> Operador: <u>1701</u>
17.01.19 01- Validade: <u>03.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1701</u> Operador: <u>1701</u>				19.11.18 02- Validade: <u>12.11.18</u> 01 VAPOR - MARRUMPRETO - TIPO 1 Processado em: <u>1701</u> Operador: <u>1701</u>





Hospital Samaritano

CENTRO CIRÚRGICO - FICHA DE CIRURGIA

FICHA DA CIRURGIA					
Paciente:	Yorvan				
Idade:	Sexo:	Sala:	Data:	Convenio:	
			11/11/18	SMILE	

SUMÁRIO CLÍNICO
Idoso + hipertensão arterial

EQUIPE CIRÚRGICA	
Cirurgião:	Dr. Farias
1º Auxiliar:	Dr. Antonio
2º Auxiliar:	Dr. Lourenço
3º Auxiliar:	
Anestesista:	Dr. Leonardo
Instrumentador(a):	Assis

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA					
Data da Cirurgia:	12/11/18	Hora Inicial:	17:00	Hora Final:	18:00
Tipo de Cirurgia:	ORTÓ - # Tálus				
Diagnóstico Pré-Operatório:	Fratura Tálus				
Tipo de Anestesia:	Dorsal				
Risco Cirúrgico:	OK				
Intercorrelações Cirúrgicas:	OK				
Diagnóstico Pós-Operatório:	OK				

Cirurgia (Descrever via acesso, Tática e Técnica, Ligadura, Sutura, Aspecto das Visceras, material empregado)

1) Imiprie + ant: Imiprie
2) Acesso por punção + limpeza da Bacia + lavagem
3) Redução da Fratura
4) Fixação com placa anterior e/ou Tálus
5) Teste de estabilidade + 10 pontos

Scanned with CamScanner





HOSPITAL SAMARITANO

ATENDIMENTO EM URGÊNCIA

Data/Hora da Entrada: 09/11/2018 às 17:59
Paciente: GERSON LOPES DE LIMA
Endereço: BAHIA, 668
Data de Nasc.: 12/04/1967 - Idade: 51 Anos - Sexo: Masculino
RG: 11285822 SSP-PB - CPF: 486.799.504.59
Convênio: SMILE PLANO ENFERMARIA
Nome da mãe: IVETE LOPES DE ALMEIDA LIMA
Acompanhante:
Médico: FIDIAS GOMES FERREIRA BORBOREMA 5395

Atendimento: 0025998
CEP: 58030-130
Contato: (83) 9887.36116
Matrícula: 062285200
Guia: 7630458
Profissão:
Naturalidade: JOAO PESSOA
Recepcionista: IGOR NATAN

QUEIXA PRINCIPAL E EXAME CLÍNICO:

Prontidão e exame
1. Tumor fúncido

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA:

Fit. Váline

CID: _____

PRESCRIÇÃO MÉDICA

	HORÁRIO
① Teste do (K)	19:00
② Análise de urina (K)	19:00
③ Análise de urina (K)	14:00
④ Sfarx - 1000ml	19:00
	2

Dr. FIDIAS G. FERREIRA BORBOREMA
CRM-PB: 5395
CRM-PE: 14654

RESULTADO DE EXAMES / PROCEDIMENTOS / TRATAMENTO

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

EVOLUÇÃO

16. ABR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

CONDUTA:

() Alta () Óbito (X) Internação () Transferência () Evasão
() Outros

Hora da Conduta: _____

NOME DO MÉDICO



RX REALIZADO
Prontidão
DATA: 09/11/18 T.E.C. *[assinatura]*


COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Dr. FIDIAS G. FERREIRA BORBOREMA
CRM-PB: 5395
CRM-PE: 14654
CBO: 5070

Autorização:
Senha:
Ass: *Gerson*



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.0.19.26150/01
			Data de emissão: 11/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.626150 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: Gerson Lopes de Lima - Taxa Judiciária: R\$ 197,44 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.210,39
			Desconto total: R\$ 0,00
866900000120 103909283188 520190930203 001926150010 			Valor final: R\$ 1.210,39

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.0.19.26150/01
			Data de emissão: 11/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.626150 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Promovente: Gerson Lopes de Lima Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.210,39
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.210,39

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.0.19.26150/01
			Data de emissão: 11/09/2019
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2019
Número da guia: 200.2019.626150 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: Gerson Lopes de Lima - Taxa Judiciária: R\$ 197,44 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.210,39
			Desconto total: R\$ 0,00
866900000120 103909283188 520190930203 001926150010 			Valor final: R\$ 1.210,39





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.626150

Data Vencimento: 30/09/2019

Data Emissão: 11/09/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: Gerson Lopes de Lima

Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 13.162,50

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.011,60

Taxa: R\$ 197,44

Total da Guia: R\$ 1.209,04

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0854544-58.2019.8.15.2001

AUTOR: GERSON LOPES DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

Diante das especificidades da causa, de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito e considerando o princípio da duração razoável do processo, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cientificando-lhe que a ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

João Pessoa, 10 de outubro de 2019

Juiz (a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0854544-58.2019.8.15.2001

AUTOR: GERSON LOPES DE LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pela parte autora.

Diante das especificidades da causa, de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito e considerando o princípio da duração razoável do processo, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cientificando-lhe que a ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

João Pessoa, 10 de outubro de 2019

Juiz (a) de Direito

